

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. 1 | N° 23 - NOVEMBRO 2022



**"Viva sua Majestade,
O Imperador"**

Revista Conhecimento & Cidadania

Editorial

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Editora Adjunta
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Edson Araujo
Munique Costa
Leandro Costa

Redação

Edson Araujo
Pedro Costa
Munique Costa
Leandro Costa

Colunistas

Edson Araujo
Leandro Costa
Mauricio Motta
Pedro Costa
Danielly Jesus
Maria Cecília Pontes Carnaúba

O conteúdo do **Caderno Direito nas Escolas** é independente e não tem correlação direta com a linha editorial da Revista Conhecimento & Cidadania.

Todas as entrevistas são previamente consentidas e guardam fidelidade com as declarações dos entrevistados.

O conteúdo desta edição foi produzido por **voluntários** que autorizaram a publicação de seus trabalhos, **não sendo remunerados**, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

Revista Conhecimento & Cidadania

Vol. I – Nº 23 – Novembro de 2022

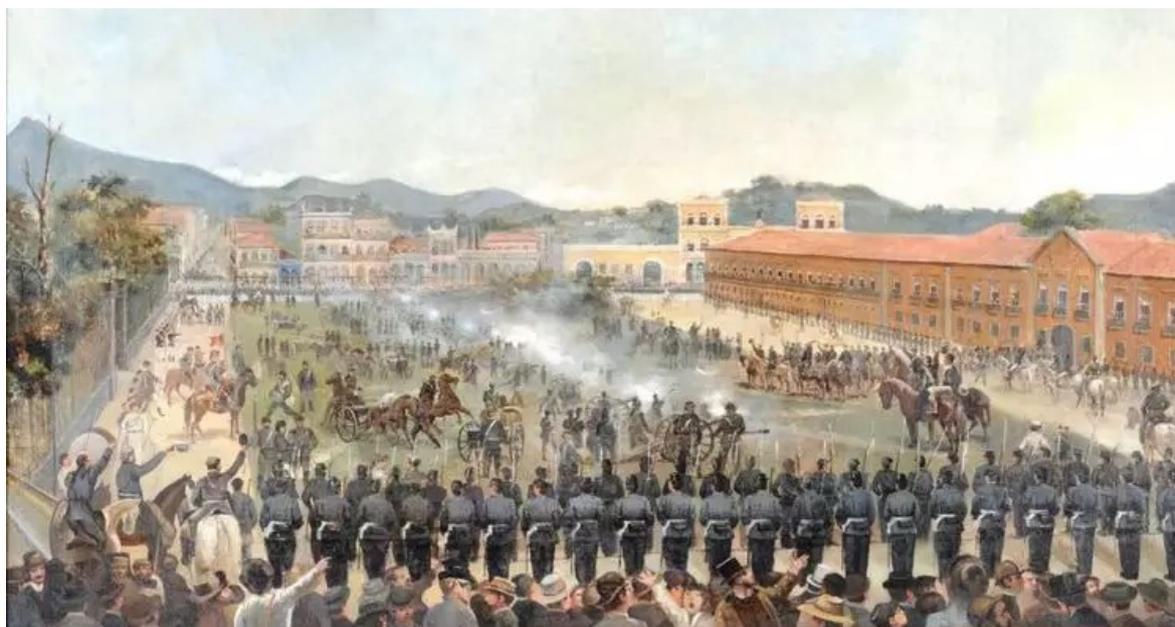
Rio de Janeiro – RJ

Curso Menezes Costa – CNPJ 28.814.886/0001-26

ISSN 2764-3867

“Viva sua Majestade, O Imperador”

Por Maurício Motta



“Viva Sua Majestade, o Imperador!”

Estas foram as palavras do Marechal Deodoro da Fonseca em quinze de novembro de 1889, após entrar no Quartel General do Exército e dar ordens de formação de fileiras às tropas. Exaltação pouco esperada de quem supostamente ‘proclamava’ a República no Brasil. Imagem bastante diferente daquela que imaginamos ao refletir sobre a palavra ‘proclamar’. Segundo o léxico, proclamar significa declarar publicamente em voz alta e com solenidade; anunciar. O quinze de novembro remete a alguma proclamação? Tentaremos descobrir.

A história republicana brasileira é ainda muito jovem, tendo apenas 133 anos e tendo passado por diversos momentos críticos. Não seria um erro afirmar que ainda nos encontramos em processo de formação republicana; não sendo incorreto afirmar também que as forças que mobilizaram o ‘braço forte e a mão amiga’ em 1889 ainda se encontram entre nós em pleno 2022.

Remontando à Guerra do Paraguai, a conjunção de fatos, fatores e intrigas que conduziram ao quinze de novembro precisam ser entendidas para que possamos estabelecer o link com o presente de nossa nação. O maior conflito regional das américas consolidou um período de exuberância e prestígio para o Exército brasileiro. A vitória na guerra do Paraguai trouxe prestígio, mas não pôde atender de forma completa aos anseios dentro dos quartéis. Anseios que se relacionavam a melhorias nos soldos, investimentos em tecnologia militar, fortalecimento da posição do Exército perante a Marinha e, para além das fardas, existiam cidadãos que pretendiam alcançar participação na vida política nacional, ter voz e vez. Todavia, dentro do contexto jurídico da época aquele anseio não era possível. Ainda assim,

militares já expressavam suas opiniões políticas ainda que de forma clandestina através de artigos em jornais.

Impossível falar da proclamação sem tocar em seu polo ideológico que esteve representado pelo Positivismo. Doutrina filosófica surgida na França no princípio do século XIX, desenvolvida por Auguste Comte e que tinha como ponto central a ideia de que o conhecimento verdadeiro só era alcançável por meio da ciência. O cientificismo impregnado nas ideias de Comte, vinha se opor às tradições religiosas e aos poderes temporais monárquicos. O Positivismo chegou ao Brasil e encontrou no meio militar um terreno fértil, diante de tantos anseios e paradigmas.

A posição de parte das forças armadas diante das questões políticas vinha acumulando energia que poderia em algum momento extravasar na forma de uma rebelião, mas podia também ser conduzida e direcionada para alcançar outros objetivos, desejados por outras personagens. Neste sentido o positivismo deu solidez e forma àquele conjunto de anseios dispersos.

Outro ponto que podemos destacar na preparação da crise de novembro de 1889 é a ligação entre a monarquia brasileira e a igreja Católica. Estado e igreja mantinham uma ligação entre união e proteção. Ao mesmo tempo em que a igreja reconhecia a autoridade temporal do monarca, o Estado protegia a igreja e a mantinha. Em 1864, foi decretada a Bula Syllabus pelo papa Pio IX que estabelecia a infalibilidade do papa e o combate a qualquer instituição que defendesse a secularização, assim como a maçonaria. Tradicionalmente as determinações vindas do Vaticano dependiam da permissão do imperador para sua efetiva aplicação. Mera formalidade, mas que causou algum estremecimento diplomático entre os dois estados, desde que D. Pedro II não autorizou qualquer tipo de perseguição à maçonaria. O caso chegou ao extremo de levar à prisão de dois bispos, o do Pará e o de Olinda em 1874. Por fim toda a questão foi diplomaticamente resolvida, ficando apenas a memória daquele incidente diplomático.

Por fim, desde o princípio do século XIX a Inglaterra vinha dificultando o tráfico internacional de escravos, por meio de tratados com Portugal e depois com o governo do Brasil em 1826. Com a Lei Eusébio de Queirós de 1850 o tráfico de escravos passou a ser mais reprimido. Em 1871 com a Lei Rio Branco, ou do Ventre Livre, a questão escravista avançou. Chegando a 1885 com a Lei Saraiva-Cotegipe, ou do Sexagenário, e culminando finalmente com a Lei Áurea de 1888, a permanência da escravidão foi gradativamente sendo abolida. Ainda que as leis anteriores a 1888 tivessem pouco ou nenhum efeito prático e mesmo a Lei Áurea não alcançando nenhum objetivo social para além da pura e simples libertação, do ponto de vista dos proprietários de escravos a questão era grave, e a ingerência do Estado brasileiro sobre a questão da abolição sem a contrapartida indenizatória trouxe um verdadeiro cisma entre os grandes proprietários (base de sustentação econômica do império) e o governo imperial brasileiro.

Para alguns setores da historiografia brasileira a ‘tríplice crise do segundo reinado’ é apontada como a causa da queda da monarquia. Entretanto, os três fatores que compõem a suposta crise: a questão militar, a questão religiosa e a questão abolicionista, não configuram uma crise da monarquia brasileira, que gozava de ampla popularidade junto a diversos setores da sociedade, mas crises de gabinetes ministeriais ou ainda, fatos que isoladamente não levaram à queda da popularidade, nem do histórico de estabilidade institucional do governo imperial.

O surgimento do Partido Republicano na sua vertente paulista (1873) e posteriormente mineira (1888), não chegou a ser um ponto de convergência ideológica que arregimentasse setores políticos ou sociais. O indício mais forte que corrobora esta afirmação é o fato de que em 1884 foram eleitos apenas três deputados republicanos e na legislatura seguinte apenas um. Lembrando que desde a década de 1870 o movimento republicano já trabalhava para firmar sua posição no cenário político. Em São Paulo o republicanismo tinha mais penetração do que na capital do império, mas ainda assim não encantava as massas, tampouco chamava a atenção da classe política de forma ampla nos anos anteriores à proclamação.

Se não conquistavam o apoio, se não formavam bases consolidadas no parlamento, de alguma forma os defensores da causa republicana precisavam mobilizar o cenário social e político para alcançarem seus objetivos. Dentre os mais conhecidos líderes do movimento republicano, temos os nomes de Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Demétrio Ribeiro, Lopes Trovão, Ruy Barbosa e Benjamin Constant. Fato curioso é que, com exceção de Benjamin Constant que era engenheiro e militar, todos os outros nomes citados estavam vinculados ao jornalismo brasileiro. Os jornais, além de informar, também serviam à finalidade de formar opiniões sobre os mais diversos tópicos, relevantes ou nem tanto. Os constantes ataques ao imperador, seja por meio de artigos ou caricaturas, buscavam abalar a credibilidade do regime e de D. Pedro II. Paralelamente a propaganda apresentava o republicanismo como símbolo de progresso e modernidade, como se pode ver neste trecho do Manifesto Republicano publicado em 1870 no jornal *A República*: “*O privilégio, em todas as relações com a sociedade (...), privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, todas as distinções arbitrarias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou de alguns sobre muitos (...)* O regime de federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-se à categoria de Estados próprios, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira”. Podemos ver que a República combateria os privilégios e as distinções odiosas, trazendo por outro lado independência e comunhão. Onde temos visto propaganda tão atraente de um regime político? Pergunta meramente retórica...

A República podia parecer bastante promissora aos leitores daquele manifesto. Não deveria ter sido diferente aos leitores oriundos do Clube Militar. Em meio às questões já citadas do positivismo e do progresso supostamente inerente ao republicanismo, apenas a rígida disciplina e hierarquia militar, aliada à clara percepção de que o regime era ainda um corpo hígido, impediam a ruptura das fileiras. Era mais que necessário, era fundamental que a energia acumulada no seio militar fosse catalisada. Os republicanos históricos sabiam disso, e tinham consciência de que só pela força da hierarquia e disciplina o movimento poderia deslanchar. Era necessário um líder!

Como sabemos coube ao Marechal Deodoro da Fonseca liderar e ‘proclamar’ o movimento. Mas, nos reportando ao princípio deste artigo, como se proclama uma República dando vivas ao imperador? A resposta é óbvia, não se proclama. Como os fatos foram se concatenando até a entrada de Deodoro no Quartel General localizado na atual Av. Presidente Vargas no centro do Rio de Janeiro?

Em 1889 um novo gabinete ministerial é formado, presidido pelo Visconde Ouro Preto. Um gabinete liberal que obteve uma vitória estrondosa diante dos opositores conservadores e republicanos, que chegava num momento em que o Estado brasileiro conseguira empréstimos junto a bancos europeus, que lhe dariam boas condições de governabilidade. A reunião do novo gabinete estava prevista para o dia vinte de novembro de 1889, precedida por um discurso do imperador. Para os elementos de oposição aos liberais (militares do Clube Militar, jornalistas e políticos) era importante tomar medidas antes que o novo gabinete pudesse se reunir. O plano original que nascia no Clube Militar era sublevar no dia da primeira reunião do novo gabinete, dando voz de prisão à família imperial e assumindo o controle do Estado. Em resumo, um golpe militar de Estado.

Vamos então à sequência de eventos: em nove de novembro Ruy Barbosa publicou um artigo no jornal “*O Paiz*” acusando o Visconde de Ouro Preto de estar tentando enfraquecer o Exército, mantendo no Rio de Janeiro apenas tropas confiáveis e enviando boa parte das tropas para províncias distantes, ao mesmo tempo em que fortaleceria a Guarda Nacional como contraponto ao poder militar do Exército. Em quatorze de novembro Ouro Preto é informado pelo Visconde de Maracaju (Ministro da Guerra), sobre uma nota enviada por Floriano Peixoto, então secretário do Ministério da Guerra, dando conta de movimentações entre os republicanos, mas reforçando a fidelidade das tropas ao governo. Como medida de precaução, Ouro Preto envia ao chefe de polícia da corte uma determinação para que se mantivessem em prontidão e atentos às movimentações que pudessem estar ocorrendo. Quando questionado pelo Senador (e conselheiro) Dantas sobre o que fazer com o Marechal Deodoro, caso este viesse estar envolvido em alguma trama para a deposição do gabinete ministerial, a resposta não poderia ser mais impensada e inconsequente, pois sugeria prisão e fuzilamento. Nos parece claro que a resposta, dada no ‘calor’ dos acontecimentos, não representava o real pensamento de Ouro Preto, mas a rede de intrigas

existente se encarregou de espalhar a ameaça por toda a corte e, levando ao conhecimento dos militares o suposto intento do Visconde de Ouro Preto, incendiou ainda mais os ânimos. Ainda no dia quatorze o major Sólton Ribeiro levou até a rua do Ouvidor, centro de difusão de notícias e ideias da capital, a “notícia” de que o Marechal Deodoro e Benjamin Constant estavam em vias de serem presos.

Na noite de quatorze de novembro o 1º Batalhão de Cavalaria se rebelou, sendo seguido pelo 9º Batalhão de Cavalaria e o 2º Batalhão de Artilharia. O Visconde de Ouro Preto se refugiou no prédio da polícia e de lá fez contato com Floriano Peixoto que informou que planejava trazer tropas de fora da capital para rechaçar o levante. Pouco depois o gabinete ministerial é transferido para o Arsenal de Marinha como medida de segurança. Enquanto todos os fatos se desenrolavam, D. Pedro II se encontrava em Petrópolis e somente próximo da meia noite foi informado por Ouro Preto do levante militar. *“Urgente. À Sua Majestade o Imperador. Senhor, esta noite o 1º e o 9º Batalhão de Cavalaria e o 2º Batalhão de Artilharia a pretexto de que iam ser atacados pela Guarda Negra e ter sido preso o Marechal Deodoro, armaram-se e mandaram prevenir o chefe do Quartel General de que viriam desagrar aquele general. O governo toma as providências necessárias para conter os insubordinados e fazer respeitar a lei. Acho-me no Quartel da Marinha com meus colegas da Justiça e da Marinha”*. Em seguida Ouro Preto transfere novamente o gabinete e busca refúgio no Quartel General do Exército, e de lá pretendia acompanhar as movimentações. Em princípio o imperador não comunicou a mais ninguém sobre o que acontecia no Rio de Janeiro e se recolheu para dormir.

Estando então no Quartel General, Ouro Preto percebeu que a situação era muito mais grave do que poderia supor. As medidas tomadas por Floriano Peixoto não tinham a consistência necessária para impedir o levante e Deodoro já se dirigia ao Quartel General. Percebendo que não havia mais meios de resistir aos fatos, Ouro Preto enviou um novo telegrama ao imperador comunicando sua demissão, sendo em seguida preso. Era manhã do dia quinze de novembro quando D. Pedro II recebe o segundo telegrama, enquanto estava em uma missa em intenção de sua irmã, Dona Maria de Portugal, falecida também em um quinze de novembro. A partir daquele momento o imperador, acompanhado de sua esposa, Dona Tereza Cristina, inicia o retorno e tomam o trem, descendo rumo ao Paço da Cidade na Praça que receberia posteriormente o nome de XV de Novembro.

Neste ponto devemos esclarecer o que mobilizou Deodoro da Fonseca a seguir rumo ao Quartel General. Com uma longa carreira construída desde o Rio Grande do Sul, tendo participado da Guerra do Paraguai, Deodoro era não apenas um monarquista assumido como era tido como amigo do imperador D. Pedro II. Em sua trajetória militar constavam glórias e desafetos, dentre os desafetos, eram conhecidas as rusgas com Gaspar da Silveira Martins desde os tempos do Rio Grande do Sul. Incluindo denúncias de corrupção dirigidas a Deodoro e posteriormente comprovadas como falsas.

Deodoro se levantou (literalmente) de seu leito onde se encontrava doente, e rumou para o Quartel General onde foi recebido com júbilo pelas tropas. Entrando no quartel sem nenhuma resistência da guarda, Deodoro proclamou então o famoso “*Viva Sua Majestade, o Imperador!*”. Tal foi a verdadeira proclamação. Estava destituído o gabinete ministerial do Visconde de Ouro Preto, mas não a monarquia.

Para os republicanos não bastava a queda do Gabinete Ouro Preto, eles queriam mais, muito mais. Como não se tratava de segredo, o desafeto entre Deodoro e Martins, esta questão foi capitalizada na rede de intrigas pra instigar os brios de Deodoro contra o imperador. Foi difundida a informação (falsa) de que Silveira Martins seria o sucessor de Ouro Preto no gabinete ministerial. A partir daquele momento o catalisador da crise estava pronto. Deodoro passava a ter razões para ceder passagem a qualquer movimentação golpista, fosse contra o gabinete ministerial ou contra o próprio império.

Ao longo do dia quinze o imperador permaneceu reunido no Paço da Cidade, junto a Princesa Isabel, Conde D’Eu e o Conselho de Estado, convocado quase à sua revelia pela Princesa Isabel. Muitas possibilidades foram aventadas naquelas horas, a fuga do imperador para o interior até que uma resistência mais elaborada fosse possível, a formação de um novo gabinete ou mesmo a permanência de Ouro Preto no cargo, apesar da obviedade de que Ouro Preto já se tornara prisioneiro dos revoltosos e sua autoridade não existia mais. A escolha do Conselheiro Saraiva como o novo chefe de gabinete foi informada ao Marechal Deodoro já na madrugada do dia dezesseis, que enviou resposta à Princesa Isabel dizendo que “*nada mais ha a fazer, posto que a República está feita*”. Esta afirmativa sim, pôs um fim à monarquia no Brasil, encerrando os quarenta e nove anos de D. Pedro II à frente do Estado brasileiro. De maneira nada solene, voltando a dormir em seguida, Deodoro se fez instrumento passivo do movimento republicano.

O fato é que ao longo daquele dia todos que estivessem no Paço eram prisioneiros em um prédio cercado pelas tropas revoltosas. Do lado dos militares, e republicanos era urgente resolver a questão e encerrar o movimento. De igual modo muitas possibilidades foram analisadas, desde o fuzilamento da família imperial, prisão, exílio ou banimento. A pressa estava ligada ao temor que o apoio da opinião pública pudesse pôr em risco o levante ou mesmo que outra província pudesse opor resistência ao golpe, lembrando que o republicanismo de modo algum era algo popular no Brasil. Assim, foi dado um prazo de vinte e quatro horas para que o imperador e sua família deixassem o Brasil, algo que acabou não se concretizando em razão da precipitação dos fatos. Marinheiros tentaram invadir o Paço da Cidade e se tornou emergencial retirar o símbolo maior da monarquia do território brasileiro o quanto antes. Coube ao major Sólon, o mesmo dos boatos na rua do Ouvidor, a tarefa de entregar a D. Pedro a carta que oficializava sua destituição. D. Pedro e família foram embarcados às pressas rumo a Europa. Uma indenização foi oferecida ao ex-imperador, assim como algo semelhante a uma pensão, que foi

veementemente recusada por D. Pedro. A recusa em aceitar a oferta financeira foi encarada pelos líderes do movimento como não reconhecimento da República ou da autoridade de seus líderes. D. Pedro e família foram banidos do Brasil, sendo terminantemente proibidos de retornar ao país.

Triste fim do mais esclarecido governo que o Brasil já teve. Triste fim para um dos monarcas mais democratas que já se teve notícia. Triste início de uma República.

Quanto aos conspiradores, suas desculpas não apagaram o dano causado ao país, aos cidadãos, ao futuro da nação. *“Majestade, me perdoe. Eu não sabia que a República se tornaria isso”*. Estas foram as desculpas de Ruy Barbosa dirigidas ao ex-imperador D. Pedro II durante seu banimento na Europa. O “Águia de Haia” foi um entre tantos outros artífices do movimento que relembramos a cada quinze de novembro, “liderado” pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Quintino Bocaiuva foi outro dos que simularam arrependimento dizendo: *“Eu só voltaria ao Senado para pedir perdão a Deus do que eu fiz para que viesse essa República; e admiro que o povo ainda não tenha cortado a cabeça de quantos cometemos tão funesto erro”*.

Também Benjamin Constant, que declarou *“não era essa a República com que eu sonhava”*.

Por fim, o próprio Deodoro emoldurou sua “bela” obra dizendo que *“República no Brasil e desgraça completa é a mesma coisa”*.

Novembro de 2022, 133 anos após o golpe republicano, perpetrado por jornalistas, políticos, conspiradores, oportunistas, aproveitadores, e materializado por militares, o Brasil novamente se encontra cercado por inimigos da pátria. Os mesmos adjetivos para novos personagens. Mais uma vez, na solidão do poder o líder maior da nação brasileira busca maneiras de preservar a paz e a liberdade. Segundo Aristides Lobo, mais um dos republicanos históricos, o povo *“pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar”*. De sorte que nesta oportunidade, o povo não é mais expectador, mas protagonista. Queira Deus que neste momento histórico, sob o impulso da população unida, sejam as Forças Armadas que venham exercer seu papel constitucional de defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), e por iniciativa de quaisquer destes Poderes, à garantia da lei e da ordem.

Que novembro seja lembrado como o mês da verdadeira proclamação, a proclamação da liberdade do povo brasileiro!

Os piratas do norte e o rei Alfredo

Por Cecília Carnáuba



Quando brilhou o primeiro raio de luz do dia 06 de maio de 878 o Reino de Wessex assistiu, aterrado, a mais um ataque dos piratas do norte. Não satisfeitos com os saques que realizavam na costa, em especial a pilhagem de mosteiros cristãos, decidiram dominar a Grã-Bretanha.

O Grande Exército Viking já havia invadido e vencido os outros três reinos da região, Northumbria, Anglia Oriental e Mércia, até que a banda comandada por Guthrum realizou um ataque definitivo em Edington. A carnificina que envolvia suas conquistas empestava o ar.

Famosos pela barbárie da violência que empregavam contra os outros povos, dominavam uma técnica de tortura e execução especial. Punham de joelhos suas vítimas e cortavam-lhes as costas até alcançar as costelas. Quebravam-nas e viram-nas ao contrário, a pavorosa imagem assumia a aparência de assas. Por fim, arrancavam-lhes os pulmões pelas costas. Esta ferocidade era conhecida como “águia de sangue”.

Haviam invadido a região da Europa e marcado a queda do Império Romano do ocidente, cujos Senhores mais abastados fugiram das cidades e instalaram-se em grandes propriedades no interior. A população os seguiu, pois os assombrava o pavor de serem trucidados pelos bárbaros.

Nestas terras mais afastadas das cidades, entabularam um juramento: os senhores acolheriam a população em suas propriedades, lhes concederiam o direito de cultivo da terra e a defenderiam dos ataques e invasões dos germanos. Em troca, a população produziria alimento para sua manutenção. Este pacto fundamentou os feudos nascidos da desagregação do império.

Na região da Grã-Bretanha ainda não havia sido necessária a formação de feudos, até esta fatídica manhã de 06 de maio de 878 quando os campos revelaram uma imensidão de guerreiros invasores.

Haviam chegado à costa em uma grande armada de navios-dragão, langskip, cujas proas eram encimadas pela imagem da cabeça da temida serpente marinha Jormugand. Acreditavam que ela era gigantesca, seu comprimento circundava a terra, e que mordida a própria cauda para formar um anel em torno do mar.

Os navios eram compridos e estreitos como a serpente. Possuíam um calado estreito dotado de uma quilha o que lhes permitia cruzar oceanos e navegar em rios sem que os nórdicos precisassem trocar de embarcação. Eram dotados de pares de remos, por vezes até 36 pares, e os guerreiros sentavam-se em suas próprias bagagens para remar. O impulso dos remos se acrescia ao das velas, o que produzia grande agilidade de navegação, favorecia o ataque e a fuga nas emergências.

Alfredo, O Grande, rei de Wessex havia sido enganado pelos nórdicos em um tratado anterior quando pagou para que eles deixassem o reino em paz. Foi traído, em pouco tempo os ataques recrudesceram.

Quando veio o ataque em Edington, as forças guerreiras do rei eram diminutas comparadas com o exército inimigo. Alfredo e seus homens haviam lutado com todas as suas forças mas este ataque dos vikings havia sido de tal violência que praticamente aniquilou a resistência anglo-saxônica, os nórdicos começaram a comemorar a vitória.

O rei de Wessex, devoto de Nossa Senhora, diariamente recorria a Ela e formulava pedidos de ajuda e inspiração. Conta-se que neste dia em que a derrota mais uma vez se abatera sobre seu exército, Alfredo retirou-se para rezar, abatido pelo fracasso e pelo sofrimento que rondava o destino de seu povo. De joelhos e mãos postas pediu orientação à Mãe de Deus, nesta meditação perdeu a noção do tempo.

Ao abrir os olhos avistou, no alto, uma Senhora radiante mas com uma profunda tristeza estampada nos olhos. Trazia sete espadas cravadas em seu coração, mas com força, determinação e bravura empunhava a oitava.

Estupefato, Alfredo teria lhe perguntado se deveria ainda resistir, se seus homens poderiam voltar para casa ou se os germanos matariam a todos com requintes de crueldade. A Virgem haveria respondido que, é dever de seus filhos seguir no escuro e manter a alegria no coração, cientes de que Ela caminha com os seus e que o brilho fulgurante de Deus se mostra aos que perseveram no caminho da verdade e da justiça.

Alfredo voltou para o grupo e, com energia renovada, teria dito: levantem guerreiros, vamos atacá-los, Nossa Senhora lutará conosco!

Os poucos homens do exército de Alfredo Guerrearam com todo vigor e, inacreditavelmente, venceram os Piratas do Norte.

Graças a esta vitória a Grã-Bretanha não precisou de feudos para livrar seu povo dos bárbaros.

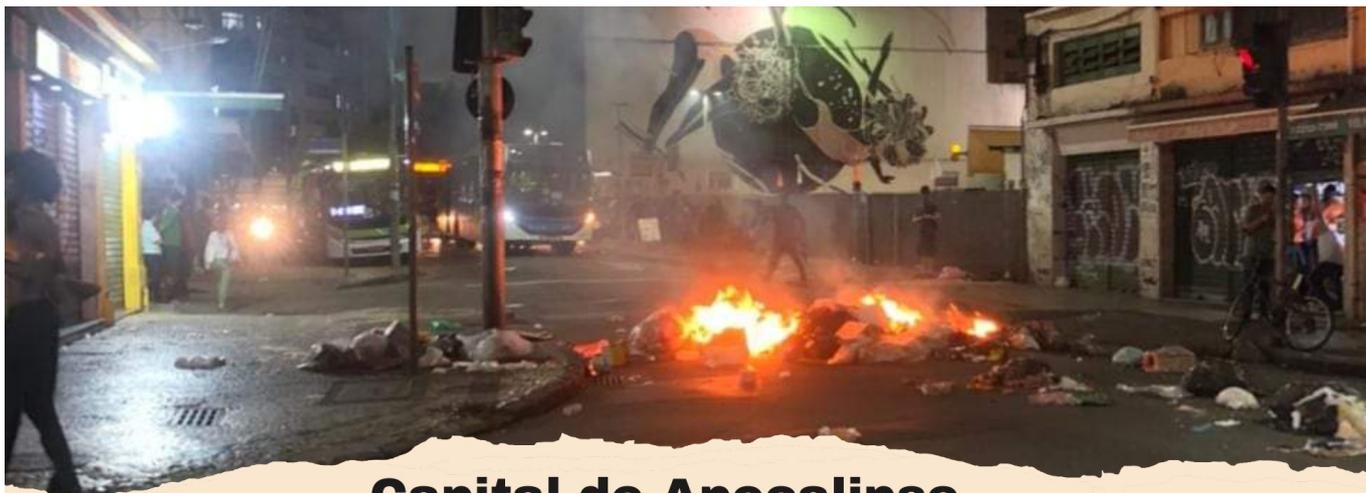
Caminhemos nós também, meus irmãos, com força, determinação e bravura. Coragem!

Mesmo no escuro mantenhamos a alegria no coração!

A verdade e a justiça sejam nossas guias, para que possamos alcançar a graça de ver a Luz.

Deus nos ajude!

[Clique na imagem e assista ao vídeo!](#)



Capital do Apocalipse

O Rio de Janeiro como epicentro da guerra cultural no Brasil.



Leandro Costa



Maurício Motta

Sobre a puberdade da nação

Por Edson Araujo



Como sempre em meus textos, procuro trazer à luz temas que nossa sociedade desconsideram, seja por ignorância ou má interpretação.

Todo organismo evolui, assim são, pessoas, instituições, sociedades assim como, Nações.

Os contextos históricos são parâmetros para sabermos o quanto evoluímos ou não.

Nesse momento nossa sociedade passa por conflitos que parecem próprios de uma mudança de fase.

Um povo que outrora sequer sabia da existência de algumas instruções, hoje sabe identificar não só as mesmas, mas também seus integrantes, inclusive em detalhes.

Não importa a fase que um organismo esteja, o importante é que as ações sejam de acordo.

Quando um se entra na fase de adolescência, por exemplo, os comportamentos são quase automáticos em relação a esta fase, quando adultos os comportamentos são mais lentos, mas não menos impactantes.

Em meio a tantos conflitos fica claro que nossa nação passa por um momento conturbado bem característico de uma puberdade.

Uma agitação quase incontrolável toma conta da sociedade por motivos que em outro momento sequer percebiam.

Há que considerar que é comum e normal não conseguir tomar algumas decisões e ter um comportamento ideal, assim, é de se esperar que levará tempo para que uma sociedade nesta fase se ajuste e se organize adequadamente.

Um momento como esse é comum e ainda que não se esperasse, ele chegaria e assim como na condução de uma criança ou um adolescente se não soubermos exatamente como agir, podemos ter um adulto com o caráter deformado.

Esse organismo (Nação) é formado por uma sociedade que é formada por indivíduos que devem antes de tudo construir dentro de cada um de nós uma estrutura que permita que saíamos desta fase com saúde e em condições de vivermos como sociedade uma vida adulta.

Em resumo, nossa nação está amadurecendo, e por isso urge que os que participam desse processo sejam os portadores dessa maturidade, ou seja, cada um de nós.

Fica aqui uma reflexão:

Sabemos que um adulto não pode cumprir seu papel sem aprender coisas básicas como ler, porém saber ler e saber fazer uma leitura são coisas diferentes.

A propósito: Estamos fazendo uma leitura correta do momento que passamos?

É imprescindível que saibamos fazer uma leitura adequada do nosso momento histórico para que possamos suprir as necessidades desse organismo que inexoravelmente clama por chegar a fase adulta.

Sejamos integrantes dignos de participar deste processo e assim fazer acontecer o que a evolução natural nos convida.

Que Deus abençoe nossa jornada!

A lentilha e a picanha E o preço de vender a alma

Por Danielly Jesus

“Tinha Jacó feito um cozinhado, quando, esmorecido, veio do campo Esaú. E lhe disse: Peço-te que me deixes comer um pouco desse cozinhado vermelho, pois estou esmorecido.

Daí a chamar-se Edom. Disse Jacó: VENDE-ME PRIMEIRO O TEU DIREITO DE PRIMOGENITURA.

Ele respondeu: Estou a ponto de morrer; DE QUE ME APROVEITARÁ O DIREITO DE PRIMOGENITURA?

Então disse Jacó: Jura-me primeiro. ELE JUROU E VENDEU O SEU DIREITO DE PRIMOGENITURA A JACÓ.

Deu, pois, Jacó a Esaú pão e o cozinhado de lentilhas; ele comeu e bebeu, levantou-se e saiu. Assim, desprezou Esaú o seu direito de primogenitura.” (Gênesis 25.29-34)

Os pais hebreus tinham por costume abençoar o filho mais velho antes de falecer. Esta bênção era a maior herança que o primogênito poderia receber, inclusive muito mais importante do que dinheiro ou bens que recebesse como herança. A bênção patriarcal era o que norteava a vida daquele filho por toda sua vida, e ele deveria transmiti-la para seu descendente.

Esaú não estava pensando no amanhã, mas em apenas saciar sua fome naquele momento. Quantos não agem assim nos dias de hoje? Vivemos em um mundo onde cada vez mais o imediatismo se faz presente; o clássico “*Os Dez Mandamentos*”, de 1956, seria execrado nos dias de hoje simplesmente por ter mais de três horas de duração. Afinal, se um vídeo dura mais de 1 minuto é considerado “filme” por esta geração *tik toker*, e áudios dessa proporção são considerados *podcasts*. Contudo, como aquele velho e conhecido refrão, “*O apressado come cru*”.

Há quem leia a história de Esaú e pense “*Meu Deus, que tolo! Como ele trocou algo bom por comida?? Ele não ia sentir fome de novo depois?? A bênção era eterna!!*”. Pois bem, estes mesmos são aqueles que trocam o certo pelo duvidoso, e que nas eleições, trocaram a certeza de crescimento econômico por “*picanha*”.

Paulo Guedes, exímio especialista em Economia, conseguiu colocar o Brasil nos trilhos novamente. Infelizmente, ainda havia muito o que fazer, pois a máquina pública brasileira é enorme; fora o fato de que enfrentamos pandemia e guerra. Porém, mesmo com todas as adversidades, o país se saiu melhor que muitos que conhecemos ser de primeiro mundo. Isso porque Guedes é a experiência encarnada, alguém que sabe do que fala e entende das consequências de uma economia concentrada no Estado.

Contudo, de maneira geral, o brasileiro é um ser imediatista; e a falta de instrução política adequada fez com que o povo pensasse que Jair Bolsonaro não fez nada esses quatro anos de mandato. Então, Lula (o encantador de serpentes, como diz Ciro Gomes) seduz este povo com um discurso: *“Se eu for eleito, você vai voltar a comer picanha e tomar sua cervejinha!”*

Mas oras, nesses quatro anos o brasileiro trabalhador não comeu? Como carioca, sei que em quase todo jogo do Flamengo o churrasquinho e a bebida estão presentes (e olha que sou tricolor!). É só aparecer um feriado para que, no dia anterior, os supermercados estejam lotados de homens (que quase nunca tem paciência de enfrentar filas para fazer compras com suas esposas) empurrando carrinhos lotados de lotes de cerveja e carne para, no dia seguinte, reunirem amigos e família para comer.

Contudo, o discurso imediatista, fácil e que satisfaz a alma agrada aos ouvidos. De onde virá o dinheiro para a tal picanha? Não sei, mas sei que vai ter; de onde virá o recurso para aumentar o salário mínimo? Não sei, mas sei que vai ter aumento; quem vai pagar a conta de aumento de ministérios para trinta e três? Não sei, mas tem que ter o tal Ministério da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas, da Cultura. E assim seguem pensando apenas no agora, e nunca nas consequências desses atos.

Quem “fez o L” na esperança de comer picanha, lamento, mas ela ficará só na imaginação: é porque a tal picanha era uma METÁFORA (figura de linguagem que produz sentidos figurados por meio de comparações):

“Já pensou ter que explicar para um marmanjo de quase 30 anos que ‘picanha e cerveja’ é uma metáfora? Que não é sobre beber e comer churrasco, é sobre o pobre voltar a comer bem, ter poder de compra e lazer. É sobre o próximo parar de comprar osso ou procurar comida no lixo”

Mas, agora já era: a alma já foi vendida; e tal qual Esaú, o povo brasileiro perdeu a bênção de continuar com uma gestão equilibrada, sensata, que não prometia tudo, mas que cumpria tudo o que prometia.

E esse discurso de inchaço da máquina pública já está cobrando (e com juros) o seu preço: A bolsa de São Paulo fechou em queda e o dólar subiu nesta quinta-feira (10), após declarações de Lula, que alimentaram temores sobre o aumento sem controle dos gastos públicos. Mas, cadê Armínio Fraga? Onde está Elena Landau? E Meirelles? Eles não fizeram o L? Por que eles não estão felizes com isso? Ah, eles foram os que venderam sua alma por um prato de lentilha... ops! Por um espetinho de picanha!

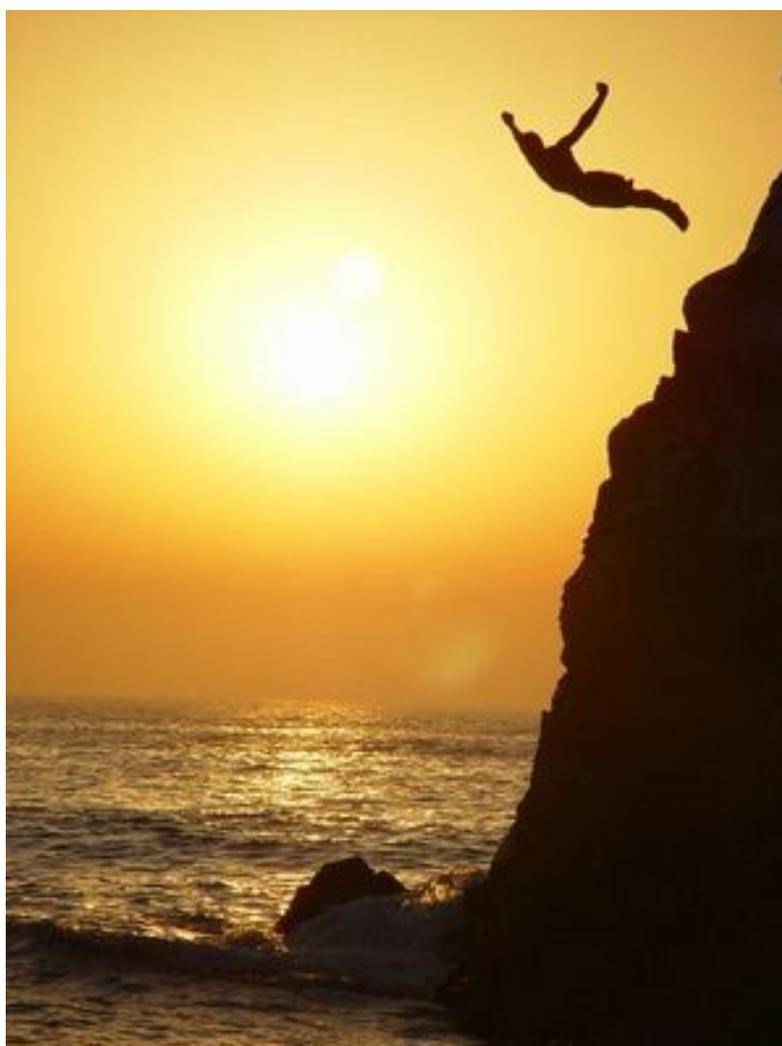
O *Ibovespa*, principal índice da Bolsa de São Paulo, fechou em queda de 3,61%, em uma sessão que chegou a operar em baixa de mais de 4%. Enquanto isso, o dólar comercial chegou a R\$ 5,39, em alta de 4,10%, a maior desde março de 2020, segundo o jornal *Valor Econômico*.

Contudo, no momento em que o mercado está gritando por socorro, eis que Lula solta esta pérola:

“Nunca vi um mercado tão sensível como o nosso. É engraçado que esse mercado não ficou nervoso com quatro anos do [governo] Bolsonaro”

Será que esta instabilidade não se deve ao fato de que sem um firme fundamento econômico qualquer país se torna um risco para investidores? Ah, mas não ia ter picanha? E a cerveja? Ah, então está tudo certo, né?

A vida de Esaú foi conturbada até o fim, e seus descendentes (os edomitas) tornaram-se, mais à frente, inimigos do povo de Israel, ou seja, dos filhos de Jacó. E tudo começou com um prato de lentilhas, aparentemente saboroso, mas que custou um preço alto demais. Infelizmente, mais de sessenta milhões de brasileiros fizeram o mesmo ao elegerem quem lhes prometeu algo que nunca se cumprirá. Esaú, ao menos, pôde comer. A picanha de quem fez o L, porém, ficará apenas na imaginação.



A culpa é da República?

Por Leandro Costa



No dia quinze de novembro o Brasil comemora a proclamação da República, a ruptura com a antiga forma de governo, o Império do Brasil. Não há como negar que a República nasceu de um golpe, da conspiração, sendo certo que foi um processo revolucionário, portanto, um erro.

Não tivemos o derramamento de sangue experimentado na França ou na Rússia, duas revoluções que tiveram a carnificina como marca, sendo a bolchevique o nascimento oficial da maior chaga que, provavelmente, acometera a humanidade, o socialismo.

As vidas poupadas no processo revolucionário brasileiro, em razão da ausência de um confronto, podem ser creditadas à sabedoria do soberano ora deposto, D. Pedro II, posto que, poderia ter articulado uma retomada do poder quando exilado, entretanto, parece ter colocado o sangue de seu povo acima de seu trono. Ainda que se fale em um golpe soturno dos republicanos, há de se admitir que o Imperador poderia antevê-lo, simplesmente, como resultado da assinatura da Lei Áurea.

A República do Brasil, nasce sim da pior forma, mas seria a sua proclamação o evento que resultou no país que temos hoje, ou mesmo, estaríamos vivendo em um cenário próspero?

Algumas monarquias caíram para dar lugar a repúblicas, como a francesa, portuguesa e outras, mas as mazelas parecem ser o resultado de revoluções e planos de poder, o que enquadra nossa realidade,

logo, o problema estaria na forma ou no sistema de governo, sendo que o simples resgate de um modelo trará a prosperidade?

Como estaríamos é um exercício de especulação, haja vista, que um Getúlio Vargas poderia ser o artífice do golpe republicano, ou, quem sabe os que o sucederam. Basta ver que o próprio caudilho brasileiro promoveu seu golpe, o Estado Novo, bem como, já havia uma tomada em curso por parte dos comunistas, sendo a ação dos militares um contragolpe.

Alguns podem negar, mas a social-democracia e os socialistas, sei que são sinônimos, mas refiro-me ao *modus operandi* na escalada, articularam-se em uma tomada de poder após a chamada “redemocratização”, caminhada que foi suspensa por um despertar ocorrido no final da década passada, o que resultou em uma feroz reação dos senhores do poder.

O que se propõe é a análise dos fatos, não do desejo, pois a República é a realidade e não é a raiz do problema, pois, sua queda não resultará na solução imediata do estado de coisa em que vivemos.

Para ilustrar, é importante verificar monarquias tomadas por pautas progressistas, como a Holanda que adota práticas nefastas como a legalização de drogas e do aborto, do Reino Unido que também admite o aborto e aceita teorias transloucadas como ideologia de gênero, ou mesmo, o Império Japonês que, além de ter feito parte do Eixo, também admite o assassinato no ventre das mães.

Não acredito que seria o caso da Monarquia no Brasil, mas a questão é, sem conscientizar o povo, nenhum sistema ou forma de governo servirá. Não importa quão perfeito seja o modelo, o que importa é quem conduzirá a coisa pública, não há como negar a importância de uma corte constitucional, mas quando ela se encontra em descrédito, por conta daqueles que a integram, será nociva.

Um sábio amigo, alguém que não ouse tentar refutar no âmbito da filosofia, em um debate levantou a hipótese da forma de governo denominada aristocracia, o governo dos melhores, dos mais qualificados. Como disse, trata-se de alguém de sabedoria ímpar, mas ao quando o questionei qual seria a forma de dar a direção das coisas aos mais sábios em um país como o nosso, ele, simplesmente, disse, “sem educar o povo, impossível”.

Estamos em um estado tão lastimável que vemos as instituições se autodestruindo, como o que aconteceu recentemente na Academia Brasileira de Letras, que, assim como um nobre falido moralmente atira-se na lama e se desmoraliza em nome de uma elite pseudointelectual, cavando sua própria cova.

Mas fiquem tranquilos, quando já estiver totalmente desmoralizada, segurando seu estandarte, conquistado pelo esforço dos que já pereceram, a instituição se voltará contra qualquer um que a questione, fingindo ter um brio que vendera, condenando ao mesmo tempo que se coloca como vítima, nos moldes de certos tribunais, hoje sustentados unicamente pela crença positivista e pela força de seus vassalos.

Nos dias atuais em que artífices da revolução, tentam se impor de forma agressiva, sugerindo a mudança do sistema escolhido pelo povo em um plebiscito, momento em que a República deixou de ser um golpe, em que pese todos sejam livres para questionar. Poderíamos imaginar sim uma espécie de golpe em andamento, golpe esse que pretende manchar nosso pavilhão com a cor do sangue derramado.

Concluo deixando a seguinte reflexão. Não importa seu desejo por uma monarquia, república ou qualquer outro sistema, não cabe se acotovelar durante a marcha, uma vez que, o que se busca impor é a tirania e o mal que já controla grande parte do estado de coisas, criatura que comporta de forma uníssona, ainda que travestido de uma “terceira via” ou de guardiões da justiça.

A degradação do povo vem se tornando cada vez mais factual, não se pode mais criticar instituições, pois elas querem beber o sangue do povo e não servi-lo, a liberdade para questionar medidas sanitárias que se calçam na especulação está sendo tolida, mas em favor da linguagem neutra há liberdade de cátedra. Com o devido respeito aos que são sérios, qualquer professor que defenda a liberdade de cátedra unilateral, assim como jornalistas que aturam calados, ou apoiam, as repreensões claras ao direito de informação, é um aleijado moralmente, decadente e deve se orgulhar em ver o quão as instituições se enlameiam pelo poder.

Os bons devem unir esforços para acordar o povo ora entorpecido e enganado, não tentando uma solução que não seja duradoura, haverá tiranos na república ou na monarquia, mas um povo esclarecido não se deixará guiar por eles. O que realmente importa é que nossa bandeira jamais se torne manchada de sangue inocente, pois como diz outro amigo, “A nossa bandeira jamais será vermelha”.

“E apesar de terem me ferido gravemente

Em meio ao medo e ao pânico

Vocês não me desertaram

Meus companheiros de batalha”

(Brothers in Arm - Dire Straits)

Estamos juntos por um futuro que talvez não consigamos experimentar, mas não fazemos isso por nós, fazemos pelos que ainda virão.

Variedades

Sugestões culturais

Por Edson Araujo

Livro:

Breve manual do cristão conservador

Desde a sua concepção, os termos “direita” e “esquerda” foram mudando e se adaptando de acordo com o tempo. Mas hoje, para facilitar, pode-se entender que quanto maior for o Estado e maior a interferência dele na economia e na vida privada das pessoas, mais à esquerda estará o governo; e quanto menor for esse Estado e menor a sua interferência na economia e nas liberdades individuais, mais à direita o governo estará.

Partindo destas e de outras distinções que esclarecem o atual debate político brasileiro, Luiz Camargo oferece ao leitor uma valiosa oportunidade para refletir a respeito da sua própria posição no momento político pelo qual a nação está passando. Se houver discórdias, não tem problema; ele mesmo diz:

“Se você preza pelo direito de discordar do que eu digo, se não quer que sua individualidade seja solapada em nome de um suposto bem coletivo que existirá apenas em um futuro hipotético, e se considera sua liberdade um direito inegociável, parabéns!, você pertence à direita. Seja muito bem-vindo!”.



Reflexão:



Música:
Tannhauser Overture (Richard Wagner) Solti-k zuzenduta

[Clique na imagem e ouça](#)



Filme:

A Redenção de Jackson

Jackson é um jovem problemático, que culpa Deus por todas as tragédias de sua vida. Vítima do medo de uma morte iminente, ele luta contra uma doença fatal.

Após ser julgado por vandalismo, esse adolescente é condenado a prestar serviço comunitário sob os cuidados do Pr. Daniels, que comanda um abrigo local. Nesse lugar, uma improvável amizade cresce entre Jackson e Nathan, um veterano de guerra desabrigado. Nessa trajetória, ambos aprenderão importantes lições.



Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia: PIX: 28.814.886/0001-26

Colonização do estado Espírito Santo

Transcrito por Munique Costa



Vasco Coutinho desembarcou na capitania em dia 23 de maio de 1535, desembarcando na atual Prainha de Vila Velha, onde fundou o primeiro povoamento. Como era oitava de Pentecostes, o donatário batizou a terra de Espírito Santo, em homenagem à terceira pessoa da Santíssima Trindade.

Para colonizar a terra, Vasco Coutinho dividiu a capitania em sesmarias – terras abandonadas e que, a partir da inclusão deste sistema, deveriam ser cultivadas, fomentando a agricultura e a produtividade. Esses “lotes” foram distribuídos entre os 60 colonizadores que vieram com ele. Como em Vila Velha não oferecia muita segurança contra os ataques dos índios que habitavam a região, Vasco Coutinho procurou em 1549 um lugar mais seguro e encontrou numa ilha montanhosa onde fundou um novo núcleo com o nome de Vila Nova do Espírito Santo, em oposição ao primeiro, que passou a ser chamado de Vila Velha. As lutas contra os índios continuaram até que no dia 8 de setembro de 1551, os

portugueses obtiveram uma grande vitória e, para marcar o fato, a localidade passou a se chamar Vila da Vitória e a data como a de fundação da cidade.

Em seus 25 anos como donatário, Vasco Coutinho realizou obras importantes. Além da construção das duas vilas, também ergueu as duas primeiras igrejas locais: Igreja do Rosário, fundada em 1551 (ainda existente) e a Igreja de São João, ambas em Vila Velha.

Também foram construídos os primeiros engenhos de açúcar, principal produto da economia por três séculos. Uma iguaria que reinou absoluta até 1850, quando foi substituída pelo café. Em 1551, o padre Afonso Brás fundou o Colégio e Igreja de São Tiago. Foi esta construção que, após sucessivas reformas, transformou-se no atual Palácio Anchieta, sede do Governo do Estado.

Com a chegada de missionários, foram fundadas as localidades de Serra, Nova Almeida e Santa Cruz, em 1556. Dois anos mais tarde, a vinda de frei Pedro Palácios resultaria na fundação do principal monumento religioso do Estado: o Convento da Penha. Uma homenagem a Nossa Senhora da Penha, padroeira do Espírito Santo.

Presença Européia

Nos primórdios da colonização do Brasil, a cruz e a espada marcam a presença européia, símbolos da fé cristã e do poderio militar. No Espírito Santo, como em outras partes do Brasil que foram colonizados no século XVI, foram frequentes as lutas pela posse da terra com a Igreja Católica atuando no auxílio ao predomínio lusitano através da ação dos jesuítas e franciscanos responsáveis pela catequese dos índios e pela assistência religiosa aos colonos e de seus familiares.

O colonizador português, responsável pela disseminação do idioma e da fé católica, queria a terra para explorar, plantar e produzir, e, produziu também cultura deixada por tradição nas cantigas de roda, nas brincadeiras infantis, na vestimenta, na culinária e, na arquitetura. O Convento de Nossa Senhora da Penha é o monumento mais popular do Estado do ES. Outros remanescentes da arquitetura colonial portuguesa, como as igrejas, que pontificam o litoral capixaba, e as localizadas na capital, Vitória, e, o casario proveniente deste período, enriquece a herança cultural lusitana. Destacam-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o citado Convento de Nossa Senhora da Penha em Vila Velha; a antiga Igreja de São Tiago, hoje Palácio Anchieta, sede do Governo Estadual, a Capela de Santa Luzia, a Igreja de São Gonçalo e a de Nossa Senhora do Rosário e o Convento de São Francisco e do Carmo na capital Vitória. No município de Viana há a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, e a Igreja de Araçatiba, que foi sede de fazenda jesuítica que mantinha um engenho com escravos, residência, senzalas e oficinas. Em Nova Almeida e Carapina distritos do município de Serra, ainda existem a Igreja e Residência dos Reis Magos, sede de uma Redução Jesuítica e a Capela de São João Batista, antiga sede de uma fazenda de jesuítas.

Em Guarapari encontra-se a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e em Anchieta localiza-se a Igreja e Residência de Nossa Senhora da Assunção, que completa a herança colonial de tradição jesuítica no período colonial.

A arquitetura colonial secular e urbana, em Vitória está representada pelos sobradinhos geminados da Rua José Marcelino, localizados atrás da Catedral Metropolitana na parte alta da cidade. No bairro de Jucutuquara, a arquitetura rural do século XVIII encontra um exemplar no casarão onde funciona o Museu Solar Monjardin, antiga sede da Fazenda que pertenceu ao Barão de Monjardim. A defesa da entrada da barra era feita por fortalezas como a de São Francisco Xavier em Vila Velha e a Forte de São João ainda existentes.

Este legado cultural do período colonial é, sem dúvida, para as terras capixabas, o mais precioso patrimônio herdado do continente europeu. A partir de meados do século XIX quando o ES recebe grandes contingentes de imigrantes europeus este patrimônio se enriquece ainda mais. Na Europa ocorreram revoltas populares que visavam à unificação dos países que constituem hoje a Itália e a Alemanha. Estas guerras de unificação e o estabelecimento de um novo Estado geraram um grande empobrecimento, causando fome e falta de emprego à população pobre, mais notadamente a camponesa. Os governos desses países impunham “pesados tributos aos pequenos proprietários de terras, que, vivendo numa economia de subsistência e artesanal, eram incapazes de cumprir suas obrigações com o fisco”. Esta situação, somado ao desejo de se conseguir riqueza fácil e farta, fez ocorrer uma emigração em massa de suas populações a outros países, onde até se ofereciam aos aventureiros lotes de terras tornando-os pequenos proprietários rurais.

Imigrantes

O Brasil, em particular, precisava de braços para movimentar suas riquezas, uma vez que seu sistema de produção escravista começava a definhar. A proibição do tráfico de escravos a partir de 1850, fez com que houvesse, na opinião dos proprietários de terras, uma escassez de mão-de-obra, o que poderia prejudicar a economia Nacional.

A partir da chegada dos imigrantes, no século XIX, o Espírito Santo ganha nova configuração geográfica. As barreiras naturais apresentadas, principalmente pela Mata Atlântica, serão rompidas e o interior, sobretudo o norte do Estado, até então intocado, recebeu novos habitantes.

O Espírito Santo recebeu imigrantes de diversas partes da Europa, principalmente da Alemanha e da Itália que, junto com os portugueses, africanos e indígenas aqui residentes deram os traços principais da cultura capixaba. Igrejas, casarios, calçamentos guardam ainda marcas das influências destes povos. Os sítios históricos de Muqui, Santa Leopoldina, São Pedro do Itabapoana, o casario do Sítio do Porto de São Mateus e as tradições culturais de municípios como Santa Tereza, Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante entre outros compõem a riqueza cultural e econômica do Estado.

O Espírito Santo é o resultado de uma mistura, um encontro de raças que faz a sua história rica de tradição e costumes. A herança européia está presente nas montanhas do interior do ES nas danças italianas, pomeranas, alemãs, holandesas e polonesas que resistem e renovam-se. Elas foram incorporadas à cultura popular capixaba e suas apresentações são demonstrações de pura alegria. Na culinária, uma variedade de pratos. Dos italianos, temos o minestrone, anholini, tortei, sopa, pavese, risoto, e a famosa polenta. Dos alemães, chucrutes, geléias, biscoitos caseiros, café colonial e o brot (pão caseiro). Nos municípios de Domingos Martins, Marechal Floriano, Pedra Azul e Santa Teresa municípios originários de colônias de imigrantes europeus, acontecem anualmente festivais que chegam a receber 30 mil pessoas, como a Festa da Polenta, em Venda Nova do Imigrante, Festa do Vinho, em Santa Teresa, a do Morango, em Pedra Azul e a Sommerfest, em Domingos Martins.

Santa Teresa e Domingos Martins serviu de berço para dois cientistas de renome nacional e internacional, ambos descendentes de imigrantes europeus: Augusto Ruschi e Roberto Kautsky. O primeiro, destacou-se no estudo dos colibris. Foi biólogo pesquisador dedicado a luta ecológica, até a sua morte. O segundo, também já falecido, além de cientista, era estudioso das orquídeas e bromélias. Outras personalidades descendentes de europeus destacam-se pelo seu empreendedorismo e dinâmica oferecida por sua ação na economia capixaba. Um deles é o ítalo-capixaba Camilo Cola, proprietário do Grupo Itapemirim líder no setor rodoviário no país, e Helmut Meyerfreuld alemão ex-proprietário da Fábrica de Chocolates Garoto uma das três maiores fabricantes de chocolates do Hemisfério Sul. Destaca-se também O Grupo COIMEX pertencente à Família Coser um dos maiores exportadores de café do Brasil junto ao Grupo Tristão também exportador de café.

Arquitetura

Os sítios históricos de Muqui, São Mateus, Santa Leopoldina e São Pedro do Itabapoana também compõem a riqueza arquitetônica do Estado, sendo alguns dos mais significativos do país. No Sul do Estado destaca-se o Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana. A região foi colonizada por fazendeiros mineiros e fluminenses, descendentes de portugueses. Seu casario datado do século XIX, as ruas estreitas, obedecendo à declividade do terreno com calçamento em pé - de - moleque e antigas fazendas centenárias se mantêm preservadas. Em Muqui, município vizinho destaca-se o conjunto arquitetônico que concentra o maior acervo de construções ecléticas do Espírito Santo enriquecidas por ornamentos, pinturas decorativas, materiais e técnicas construtivas do final do século XIX e início do século XX, adquirida por uma classe social que se enriquecia e buscava o conforto e novidades vindas da Europa. Os hábitos de influência europeia desta aristocracia deixaram uma herança que caracteriza o município de maneira muito especial: o rico patrimônio arquitetônico. Em São Mateus, no norte do Estado, o velho porto fluvial com seu casario tipicamente colonial, constituiu também conjunto arquitetônico de grande valor histórico cujo apogeu socioeconômico deu-as no final do Império e começo da República. Foi durante o século

XIX com o aparecimento de grandes fazendeiros como barão de Timbuí e Aimorés, o Porto viveu sua fase áurea, com o surgimento de belos sobrados e casas comerciais - com suas coberturas em telhas tipo canal e gradios de ferro importados da Europa, impulsionadas pelo intenso movimento de barcos, representavam o poderio econômico do Porto.

Na região central do Estado localiza-se o Sítio Histórico de Santa Leopoldina que possui 38 imóveis; a maioria localizados na sede do município: são residências construídas pelos ricos comerciantes da região, descendentes de imigrantes alemães, austríacos, luxemburgueses, belgas e suíços datadas do final do século XIX e início do século XX. No interior, o Sítio Histórico completa-se com a existência de sedes e armazéns de fazendas e de uma igreja localizada no Distrito do Tirol. Algumas comunidades deste município possuem denominações que homenageiam países e regiões da Europa como Suíça, Tirol, Holanda, e Luxemburgo. E outras guardam, como o município vizinho de Santa Maria de Jetibá, e, o de Vila Pavão, o dialeto Pomerano dividindo com o português a comunicação entre as pessoas. A religião Luterana também é outra importante herança cultural. No município de Domingos Martins o templo luterano está localizado na principal praça da cidade. O primeiro templo protestante construído no Brasil. Ainda há o tradicional casamento pomerano que tem noiva vestida de preto cuja cerimônia pode durar até três dias.

Como bem já nos registraram os nossos mestres Luiz Guilherme Santos Neves, Léa Brígida de Alvarenga Rosa e Renato Pacheco "graças aos colonos europeus e aos seus descendentes, numerosas povoações e cidades surgiram no interior do Espírito Santo. Muitas regiões, onde eles se localizam, acabaram se tornando municípios do nosso Estado. Além disso, os europeus, sobretudo os italianos que vieram em grande número, tiveram notável influência com suas famílias numerosas na formação do povo capixaba".

Fonte: <https://www.es.gov.br/historia/colonizacao#:~:text=Vasco%20Coutinho%20desembarcou%20na%20capitania,terceira%20pessoa%20da%20Sant%C3%ADssima%20Trindade.>



Caderno Direito nas Escolas

Avaliação

Por Leandro Costa

Já estamos no final do ano e nesta edição vocês farão uma autoavaliação. Terão acesso ao vídeo com a correção das questões ao final.

Questões:

1 – Entre as opções abaixo, aponte qual **NÃO** é objeto de estudo do Direito.

- Relações entre indivíduos em um grupo
- Regras de convívio entre membros de uma sociedade
- Resolução de conflitos de interesse
- As relações entre animais selvagens de um mesmo bando
- A distinção entre costumes e legislação

2 – Os exemplos abaixo são direitos naturais, **EXCETO**.

- A herança e a propriedade privada
- A vida e a liberdade
- Pagar impostos e portar documentos
- A legítima defesa
- Um julgamento justo e a defesa diante de uma acusação

3 – Qual dos itens relacionados **NÃO** é elemento do Estado?

- Povo
- Soberania
- Capacidade de autogoverno
- Território
- População



Caderno Direito nas Escolas

4 – Correlacione as formas de Estado.

- (a) Unitário (b) Federação (c) Confederação
- União de mais de um Estado soberano para formar um único Estado
- Poder centralizado, geralmente é a regra de países com menor extensão territorial
- Único Estado soberano que se divide em regiões dotadas de certa autonomia

5 – Sobre o Presidencialismo é correto afirmar que:

- Pode ocorrer em uma Monarquia
- O Chefe de Estado pode indicar o Chefe de Governo
- O Presidente não tem relações com o Chefe de Estado
- O Chefe de Estado é o Monarca
- O Presidente é o Chefe de Estado e de Governo

6 – O Brasil, no que diz respeito a Forma de Estado, Forma de Governo e Sistema de Governo é:

- Um Estado unitário e uma monarquia parlamentarista.
- Uma federação e monarquia presidencialista
- Uma confederação e uma república presidencialista
- Uma federação e uma república presidencialista
- Uma federação e uma república parlamentarista

7 – Marque entre as opções abaixo, qual delas **NÃO** é um ente federativo.

- Distrito Federal
- Cidades
- Estados-membros
- Municípios
- União



Caderno Direito nas Escolas

8 – Em se tratando da hierarquia das normas, pode-se afirmar que a norma que prevalece caso em conflito com as demais é a:

- Lei federal
- Lei ordinária
- Constituição
- Normas gerais do Direito
- Lei orgânica

9 – Sobre o Poder Legislativo é correto afirmar que:

- As assembleias legislativas representam o Poder Legislativo municipal
- Todo deputado é membro da Câmara de Deputados
- O Distrito Federal não possui Poder Legislativo
- O Poder Legislativo da União é bicameral, pois possui duas casas legislativas
- O Senado Federal é formado por vereadores e são divididos igualmente por municípios

10 – No que diz respeito ao mandato legislativo, está correta dizer que:

- Somente brasileiros natos podem ser deputados federais
- Os vereadores são eleitos para compor o Poder Legislativo estadual
- Os deputados estaduais são subordinados diretamente aos deputados federais
- Os estrangeiros podem exercer mandatos legislativos, desde que, não seja no Congresso Nacional
- O mandato dos senadores tem duração de oito anos

11 – Qual das opções abaixo **NÃO** é membros do Poder Judiciário?

- Juiz Federal
- Juiz Estadual
- Juiz do Trabalho
- Juiz Auditor
- Juiz de Direito



Caderno Direito nas Escolas

12 – São denominados como parte da chamada Justiça Comum:

- Tribunais Regionais Eleitorais
- Juízes do Trabalho e Juízes Federais
- Juízes de Direito e Juízes Eleitorais
- Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais
- Juízes Estaduais e Juízes Federais

13 – Qual dos entes federativos abaixo não possui Poder Judiciário

- A União
- Os municípios
- Os estados-membros
- O Distrito Federal
- Nenhuma das respostas acima

14 – Sobre os direitos fundamentais é **INCORRETO** afirmar que:

- Possuem origem histórica
- Não são absolutos
- São aplicáveis a todos
- Surgiram todos no mesmo momento histórico
- São irrenunciáveis

15 – A seguinte afirmação indica um dos princípios dos direitos fundamentais, aponte a hipótese adequada.

“A conquista de um direito fundamental em um determinado ordenamento jurídico, não pode ser simplesmente revogada. Ao ser concedido um direito fundamental, este não pode ser suprimido no futuro”.

- Princípio do devido processo legal
- Princípio da historicidade
- Princípio da conquista que não se perde
- Princípio da aquisição do direito fundamental
- Princípio da vedação do retrocesso



Caderno Direito nas Escolas

16 – A respeito da Administração Pública é correto afirmar que:

- A Administração Pública Direta é composta pelo próprio Poder Executivo e seus órgãos.
- Na Administração Pública Indireta todas as pessoas jurídicas são de direito privado
- Uma fundação autárquica é uma espécie de fundação pública, e, portanto, pessoa jurídica de direito privado.
- A empresa de economia mista pertence totalmente ao poder público, sendo uma pessoa jurídica de direito público.
- As agências reguladoras e os conselhos de classe são espécie de empresas de economia mista.

17 – São entes que compõem a Administração Pública Indireta, **EXCETO**:

- Governo Distrital
- Autarquia
- Empresa Pública
- Fundação Pública
- Empresa de economia mista

18 – São princípios da Administração Pública:

- Legalidade, Publicidade e Economia
- Publicidade, Sabedoria e Eficiência
- Legalidade, Moralidade e Pluralidade
- Moralidade, Publicidade e Impessoalidade
- Legalidade, Eficiência e Autonomia

19 – Acerca da Licitação é correto afirmar que:

- Não está sujeita aos princípios gerais da Administração Pública
- Só se aplica no âmbito da Administração Pública Direta
- É meio para celebração de contrato de obras, não podendo ser usada em contratos de serviço
- Pode ser dispensada em razão de situações extraordinárias
- Não pode ser usada nos casos de contrato de fornecimento



Caderno Direito nas Escolas

20 – Em relação aos atos administrativos, faça a correlação.

- (a) Caducidade (b) Presunção de Legitimidade (c) Revogação
 (d) Autoexecutoriedade (e) Anulação
- () Extinção do ato administrativo por existência de ilegalidade.
 () Extinção do ato administrativo pelo surgimento de lei que impede sua aplicação.
 () Atributo que garante a aplicação do ato administrativo de forma independente de decisão judicial.
 () A ideia de que todo ato administrativo está de acordo com a lei, até que se prove o contrário.
 () Extinção do ato administrativo por ser considerado inconveniente.

Gostaram das questões?

[Assista ao vídeo com a correção.](#)

Correção da Avaliação

Professor Leandro Costa

The video thumbnail features a light blue background. In the top right corner, there is a small version of the 'DIREITO NAS ESCOLAS' logo. The main title 'Correção da Avaliação' is written in large, bold, red letters with a white outline. Below the title, on the left, is a portrait of Professor Leandro Costa, a man with glasses wearing a dark blue shirt. On the right, there is a graphic of a hand holding a red pencil, pointing to a checklist on a clipboard. The checklist has several rows, with the first three rows marked with green checkmarks and the last two rows marked with red X's.

Redes sociais

Canal Revista Conhecimento & Cidadania

Inscriva-se e compartilhe!

[Assista ao vídeo](#)



Capital do Apocalipse

O Rio de Janeiro como epicentro da guerra cultural no Brasil.



Leandro Costa



Maurício Motta



Colaborador



www.direitonasescolas.com

Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia:
PIX: 28.814.886/0001-26

Garanta o seu!!!



Revista Conhecimento & Cidadania

A REVISTA DIGITAL DA DIREITA CONSERVADORA



Por Apenas
R\$ 19,90

Acompanhe-nos nas redes sociais

 @RevistaConhecimentoCidadania

 @revistaconhecimentocidadania

 @revistaconhecimentocidadania



Na compra do E-book da Revista ganhe o E-book: O mínimo que você deveria saber para votar em 2022.



Compre aqui

